



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002890-51.2018.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Valéria Benedita Teodoro**  
 Requerido: **Multicrédito Promotora de Crédito e Serviços Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**VALÉRIA BENEDITA TEODORO** ajuizou ação (nominada de) **DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c. PEDIDO LIMINAR DE TUTELA DE URGÊNCIA** contra **MULTICREDITO PROMOTORA DE CREDITO E SERVIÇOS LTDA. e ANDRÉ MARIO DE REZENDE - ME (ÓTICAS DINIZ)**, alegando, em resumo, que teve seu nome inscrito pela primeira acionada no cadastro de inadimplentes do SCPC, por conta de um débito de R\$ 49,50, correspondente a um negócio jurídico realizado com a segunda requerida (contrato nº 000086878301, efetuado em 30/06/2017), o qual, contudo, foi desfeito, sendo indevido, portanto, o valor cobrado. Pleiteia, assim, a declaração de inexistência do débito e a condenação das acionadas ao pagamento de indenização por danos morais.

O pedido de tutela de urgência foi concedido, para exclusão da negativação apontada (págs. 29/30).

Citada, a requerida **MULTICREDITO** apresentou contestação rebatendo as alegações iniciais. Aduz, preliminarmente, ausência de documento essencial para a propositura da demanda, bem como ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito da autora. No mérito, sustentou ter agido no exercício regular do direito e a inexistência de dano moral a ser indenizado, impugnando, por fim, o *quantum* indenizatório pretendido pela autora.

Citada (pág.55), a acionada **ANDRÉ MARIO DE REZENDE - ME** não apresentou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação.

**Breve é o relatório.**

**DECIDO.**

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

*“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Mauricio Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).*

*“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).*

Trata-se de ação na qual a autora argumenta que teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, por dívida indevida oriunda de um contrato que foi desfeito. Trouxe documento comprovando a negativação (pág.21), por iniciativa da acionada MULTICREDITO.

Primeiramente, não há que se falar em ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, tendo em vista que a autora trouxe com a inicial todos os documentos necessários ao seu processamento. Como mencionado, cabia-lhe, num primeiro momento, a comprovação da negativação que aponta como indevida. Comprovação da efetivação do contrato de compra e venda, adiante-se, caberia às acionadas. Fica rejeitada, assim, a preliminar aventada.

Já a preliminar relacionada à comprovação dos fatos constitutivos do direito da autora confunde-se com o mérito e com ele será apreciada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mérito, o pedido inicial deve ser julgado procedente.

Forçoso estabelecer que as assertivas iniciais da autora estão comprovadas pela prova documental.

A requerida MULTICREDITO, por sua vez, em momento algum apresentou versão que pudesse se contrapor à alegação inicial da autora, do desfazimento da relação jurídica apontada, limitando-se a declarar que não possui responsabilidade pelos fatos, tendo em vista que tão somente presta serviço de análise de crédito, rebatendo, ainda, a existência dos alegados danos morais.

Razão, contudo, não lhe assiste.

Primeiro porque a relação delineada nos autos trata-se de verdadeira relação de consumo, de modo que é inegável a aplicação, ao caso, do Código de Defesa do Consumidor. De todo modo, afirmando a contestante a existência do crédito que originou a negativação, caberia comprová-lo. Tal comprovação, contudo, não há.

Acrescente-se que sua parceira na transação, a acionada ANDRÉ MARIO DE REZENDE - ME, apesar de citada com as advertências legais, não apresentou defesa, de modo que, com relação a ela, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, pela autora, notadamente o desfazimento do negócio jurídico entre as partes.

Dispõe o art. 344, do Código de Processo Civil:

*"Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".*

Com efeito, a autora apresentou prova documental da negativação apontada como indevida. Por isso, caberia às requeridas a apresentação de prova convincente sobre a existência de vínculo obrigacional entre as partes a comprovar a existência da suposta dívida. E reafirme-se que tal comprovação não foi apresentada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deve ser reconhecida, assim, a inexistência do débito apontado pela demandante.

Com relação aos danos morais, estes também mostram-se devidos.

Basta que se afirme que a autora teve seu nome negativado, por dívida inexistente, para se aferir que a lesão moral emerge *in re ipsa*, ou seja, desnecessária a comprovação de outros desdobramentos prejudiciais à autora.

Registre-se que, na situação delineada, não se haveria de exigir da autora a produção de outras provas, senão as já apresentadas, mormente quanto à efetivação da negativação.

Pondere-se, ainda, que não há indicação da existência de outra dívida a macular o nome da requerente.

Não se pode afastar, portanto, a existência de postura comercial abusiva das requeridas, ato ilícito, portanto, de cobrança indevida, e de relevante constrangimento para a autora.

A situação extrapola os toleráveis transtornos cotidianos, não se tratando de mero dissabor, mas verdadeiro abalo moral suscetível de reparação.

Nessa ordem de ideias, mostra-se como devida a busca da indenização por danos morais.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

*"Ação declaratória de inexistência de débito – Pedido de indenização por danos morais – Sentença de parcial procedência – Apelo da ré – Financeira que não trouxe termo de adesão ao serviço do uso de cartão de crédito nem esclareceu a forma como foi feita contratação - Ausência, ademais, de faturas revelando as compras, serviços ou saques efetuados pela requerente - Instituição financeira que não se desincumbiu de comprovar a lisura da contratação, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**6ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Consumidor e do art. 373, II, do CPC/2015 – Sentença mantida – Recurso desprovido" (Apelação 1016328-89.2017.8.26.0002, São Paulo, da 24ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relatora Desembargadora Jonize Sacchi de Oliveira, j., 26.10.2017, v.u.).*

Na fixação do *quantum*, tem-se que o valor inicialmente postulado mostra-se adequado com o patamar usualmente considerado por este juízo, de modo que, atento aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, na esteira do entendimento jurisprudencial prevalente e pelas peculiaridades do caso concreto, a indenização será arbitrada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), suficiente a assegurar à autora justa reparação, sem propiciar-lhe enriquecimento indevido, e que tem, para as requeridas, a finalidade pedagógica, a sugerir-lhe alteração em sua postura comercial, em hipóteses semelhantes.

*Em suma*, o pedido inicial deve ser acolhido.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **VALÉRIA BENEDITA TEODORO** contra **MULTICREDITO PROMOTORA DE CREDITO E SERVIÇOS LTDA.** e **ANDRÉ MARIO DE REZENDE - ME (ÓTICAS DINIZ)**, para declarar a inexistência da dívida apontada e condenar as acionadas a pagar, *solidariamente*, em benefício da autora, a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária a partir desta data, e juros legais, de 1% ao mês, desde a citação, à título de indenização por danos morais. Ratificada a decisão inicial, de antecipação da tutela jurisdicional. Sucumbente, responderão as acionadas pelos honorários advocatícios que fixo em 10 % do valor da condenação.

**P.R.I.**

Araraquara, 14 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**